



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

2.º Ciclo de estudos
Mestrado em Direito e prática jurídica
Especialidade de Direito penal
Ano lectivo de 2017/2018
2.º Semestre

Estudos de jurisprudência

Unidade curricular

Estudos de jurisprudência/Turma única.

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Francisco Manuel Fonseca de Aguilar – 2 horas semanais.

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

A unidade curricular é leccionada apenas pelo docente responsável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

1. Aprofundar, relativamente à licenciatura, a capacidade de reflexão e de pensamento crítico autónomo sobre o Direito e sobre os problemas jurídicos na sua material significação.
2. Pensar criticamente a decisão jurisprudencial, não como pré-formatado esquema conceptual de meramente formal realização burocrática do Direito, mas como verdadeira exigente realização conteudística e espiritualmente densa do Direito, axiologicamente parametrizado e realizado na aberta à significação do caso no contexto do seu pedaço de vida.

Conteúdos programáticos

Sobre a sentença

Nota prévia: todos os presentes pontos – mesmo aqueles em que expressamente não o seja referido –, serão tratados tendo por especial referência o Direito penal e o Direito processual penal, atendendo a tratar-se de um cadeira da área de Direito penal

- I. Ponto prévio: lei, justiça e Direito
- II. Lei e sentença
 1. Separação de poderes
 2. Injunções e instruções à jurisprudência
 3. Sentença em forma de lei
 4. Caso julgado e poderes de graça
 5. Retroactividade e retroconexão, em especial a propósito da questão penal
- III. Metodologia jurídica
 6. Metodologia jurídica e axiologia
 7. Positivismo
 - 7.1. A subsunção
 - 7.2. Positivismo e construção da sentença: crítica
 - 7.3. Silogismo judiciário
 - 7.4. Formalismo
 8. Metodologias não positivistas
 9. Em especial, a analogia
 - 9.1. A diferença entre conceito e *Typus*
 - 9.2. O *tertium comparationis*
 - 9.3. A *Natur der Sache*
 - 9.4. Analogia e Direito penal
 10. Soluções de compromisso
- IV. A decisão jurisdicional
 11. Correção externa



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

12. Em especial, a prova em processo penal
 - 12.1. As proibições de prova
 - 12.2. A livre apreciação da prova
 - 12.2.1. O cisne negro em processo penal
 - 12.2.2. As pré-compreensões no juízo penal
 - 12.2.3. A aparência e o juízo penal
13. A questão da culpa, em especial no Direito penal
 - 13.1. No julgamento sobre a imputação dos factos
 - 13.2. Na questão da determinação da medida concreta da pena
14. Coerência interna
15. A fundamentação da sentença
16. Em especial, no Direito penal
17. Argumentação e contra-argumentação jurídica
18. Ponderação de bens
19. Dos critérios normativos de decisão
20. Em especial, dos princípios
21. A questão das ditas lacunas e seu preenchimento
22. Em especial, no Direito penal: remissão
23. Uma só decisão correcta?
24. Um juiz perfeito?
- V. Patologia da decisão jurisdicional
 25. A decisão jurisdicional indirectamente inválida
 26. Sindicabilidade da decisão jurisdicional indirectamente inválida: remissão
 27. A decisão jurisdicional directamente inválida
 28. Em especial, a inconstitucionalidade directa da decisão jurisdicional
 - 28.1. Caso julgado inconstitucional
 - 28.2. Sindicabilidade da decisão jurisdicional directamente inválida

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O tema foi escolhido e será tratado tendo em conta a importância da decisão jurisdicional na realização do Direito. Com ele, se aprofundarão, relativamente à licenciatura, por um lado, a capacidade de reflexão e de pensamento crítico autónomo sobre o Direito e sobre os problemas jurídicos que a sua realização implica ao nível da decisão jurisprudencial (*v.g.*, a referida necessária abertura ao caso concreto, *v. supra*, “Objetivos de aprendizagem”) e, por outro lado, as consequências que a inobservância normativa determina em sede de patologia da decisão jurisprudencial.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Os problemas serão leccionados em aulas teórico-práticas, de prevalência, pelo menos inicial, teórica, sendo os Alunos, sobretudo após uma breve exposição da matéria, convocados a participar activamente com apresentações de trabalhos. A avaliação efectuar-se-á através da consideração de um exame escrito final e das exposições orais sobre temas do programa livremente escolhidos pelos Alunos, bem como, em geral, da sua participação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adoptada, avaliando os Alunos em um largo espectro de dimensões e convocando-os a, após algumas primeiras aulas necessariamente mais expositivas, activamente nelas participar, desperta o interesse dos Alunos para um repensar problemático dos temas tratados, fomentando o seu espírito de iniciativa e a indeclinável chama de liberdade científica. Com o que não apenas se aprofundam conhecimentos que – por ao longo da licenciatura não terem sido objecto de mais do que breves superficiais referências – haviam passado despercebidos aos Alunos, como se tratam questões que ultrapassam o escopo dos conteúdos das cadeiras de licenciatura.

Bibliografia principal

As questões tratadas convocam uma bibliografia inabarcável, porquanto entrelaçam problemas de ciência política, de filosofia jurídica, de metodologia jurídica, de argumentação jurídica, de Direito constitucional, de Direitos fundamentais e, inclusive, a jusante, de anatomia da patologia jurisdicional, entre outros, os quais, conseqüentemente, se encontram dispersos por múltiplas áreas, as mais das vezes não interdisciplinares, do saber jurídico. Por essa razão, optamos por ir realizando algumas das mais relevantes referências doutrinárias à medida que os temas forem sendo tratados ao longo das aulas iniciais.

Como mero título de rudimentar exemplo bibliográfico:

AGUILAR, Francisco, *A norma do caso como norma no caso, Sobre a práctico-axiológica natureza da intersubjectiva realização (unitária) do Direito*,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Coimbra, 2016; IDEM, «Norma jurídica *in tempore casus*: o caso como fundamento dos (e limite aos) poderes legislativo e jurisdicional», *O Direito*, 2016, IV, pp. 823-849; ALEXY, Robert, *Theorie der juristischen Argumentation*², *Der Theorie des rationalen Diskurses als Theorie der juristischen Begründung*, Frankfurt am Main, 1991; IDEM, *Theorie der Grundrechte*³, Frankfurt am Main, 1996; BRONZE, Fernando José, *A metonímia entre a semelhança e a diferença, Reflexão problematizante dos pólos da radical matriz analógica do discurso jurídico*, Coimbra, 1994; IDEM, *Lições de introdução ao Direito*, Coimbra, 2010 [reimpressão]; IDEM [todos os artigos recolhidos em] *Analogias*, Coimbra, 2012; CORDEIRO, António Menezes, «Tendências actuais da interpretação da lei: do juiz-autómato aos modelos de decisão jurídica», *RJ*, 1987, pp. 7-15; IDEM, «Os dilemas da ciência do Direito no final do século XX», CANARIS, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito*, Lisboa, 1989, pp. ix-cxiv; IDEM, *Da boa fé no Direito civil*, Coimbra, 1997 [reimpressão]; IDEM, *Tratado de Direito Civil I^a, Introdução, fontes do Direito, interpretação da lei, aplicação das leis no tempo, doutrina geral*, Coimbra, 2012; COUTINHO, Luís Pereira, *A autoridade moral da Constituição, Da fundamentação da validade do Direito constitucional*, Coimbra, 2009; DWORKIN, Ronald, *Taking rights seriously*², London, 1978; ENGISCH, Karl, *Einführung in das juristische Denken*¹⁰ [organizado e refundido por Thomas Würtenberger e Dirk Otto], Stuttgart/Berlin/Köln, 2005; HOMEM, António Barbas, *Judex perfectus, Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820*, Coimbra, 2003; KAUFMANN, Arthur, *Rechtsphilosophie*², München, 1997; LAMEGO, José, *Elementos de metodologia jurídica*, Coimbra, 2016; LARENZ, Karl, *Metodologia da ciência do Direito*³ [tradução da sexta edição, reformulada, alemã de 1991], Lisboa, 1997; MÜLLER, Friedrich/CHRISTENSEN, Ralph, *Juristische Methodik*¹⁰, Band I, *Grundlegung für die Arbeitsmethoden der Rechtspraxis*, Berlin, 2009; NEVES, António Castanheira, *Metodologia jurídica, Problemas fundamentais*, Coimbra, 1993; NEVES, António Castanheira, [todos os artigos recolhidos em] *Digesta, Escritos acerca do Direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros*, Vol. 1.º, Coimbra, 1995; IDEM, [todos os artigos recolhidos em] *Digesta, Escritos acerca do Direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros*, Vol. 2.º, Coimbra, 1995; OTERO, Paulo, *Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional*, Lisboa, 1993; IDEM, *Legalidade e administração pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Coimbra, 2003; PALMA, Maria Fernanda, «A teoria do crime como teoria da decisão penal (reflexão sobre o método e o ensino do Direito penal)», *RPCC*, 1999, pp. 523-603; RADBRUCH, Gustav, *Rechtsphilosophie, Studienausgabe*², Heidelberg, 2003 [reimpressão da terceira edição de 1932 com aditamentos de três textos do pós-guerra, de 1945, de 1946 e o epílogo que acrescentou à obra em 1947]; SÁNCHEZ, Pedro Fernández, *Lei e sentença, Separação dos poderes legislativo e judicial na Constituição Portuguesa*, Lisboa, 2017 (Volume I e Volume II); SOUSA, Miguel Teixeira de, *Introdução ao Direito*, Coimbra, 2013 [reimpressão].

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.